

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ARTHUR DO AMARAL MORAES

**O USO DO CRÉDITO RURAL NAS MODALIDADES CUSTEIO E
INVESTIMENTO DO PRONAF: UMA ANÁLISE DA
MICRORREGIÃO DE DOURADOS/MS**

DOURADOS/MS

2018

ARTHUR DO AMARAL MORAES

**O USO DO CRÉDITO RURAL NAS MODALIDADES CUSTEIO E
INVESTIMENTO DO PRONAF: UMA ANÁLISE DA
MICRORREGIÃO DE DOURADOS/MS**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Roselaine

Bonfim de Almeida

Banca Examinadora:

Professora Dra. Madalena Maria

Schindwein

Professor Dr. Leandro Vinícios Carvalho

Dourados/MS

2018

**O USO DO CRÉDITO RURAL NAS MODALIDADES CUSTEIO E
INVESTIMENTO DO PRONAF: UMA ANÁLISE DA
MICRORREGIÃO DE DOURADOS/MS**

ARTHUR DO AMARAL MORAES

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Dra. Roselaine Bonfim de Almeida

Dra. Madalena Maria Schlindwein

Dr. Leandro Vinícios Carvalho

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho deve-se à colaboração direta e indireta de pessoas especiais, sem as quais certamente eu não teria conseguido chegar até aqui. Manifesto a minha gratidão a todas elas e de forma especial: Primeiramente a Deus, que me permitiu superar limites e realizar esta conquista. A minha esposa Eliane Ribeiro Dias Moraes, que me ajudou em todos os momentos da construção deste trabalho, minha grande incentivadora. Aos meus pais, que me ensinaram a importância de estudar, acima de tudo respeitar todos a minha volta. A minha queridíssima mãe “em memória”, que apesar de sua ausência pelo triste falecimento ao final da construção deste trabalho, esteve presente eu tenho certeza que lá de cima, me dando forças e vibrando a cada palavra digitada nesta pesquisa, este trabalho tem um carinho e uma dedicatória à você mamãe. A professora Roselaine, minha orientadora, pelo apoio e compreensão de sempre, em todos os momentos da construção do mesmo me dando incentivos a concluí-lo de forma incontestável e aos professores, em especial àqueles que transmitiram seus valiosos conhecimentos nas disciplinas.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a relação entre a concessão de crédito rural via Pronaf e o desempenho do índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM), nos municípios da microrregião de Dourados, no Mato Grosso do Sul. Assim, utilizou-se os dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural de 1999 a 2012 e os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Para fazer a análise os dados foram organizados em forma de tabelas. Os resultados mostraram que não existe uma relação direta entre o IDHM e o montante de crédito rural disponibilizado para o Pronaf, tanto com a finalidade de custeio, quanto com a finalidade de investimento.

Palavras-Chave: Agricultura familiar; PRONAF; Desenvolvimento.

ABSTRACT

The purpose of this study was to analyze the relationship between the rural credit concession via Pronaf and the performance of the municipal human development index (IDHM) in the municipalities of the Dourados Microregion in Mato Grosso do Sul. The data for this study came from the Statistical Yearbook of Rural Credit from 1999 to 2012 and data from the United Nations Development Program (UNDP). To do the analysis the data was organized in the form of tables. The results showed that there is no direct relationship between the IDHM and the amount of rural credit made available to Pronaf, both for the purpose of costing and for the purpose of investment.

Keywords: Family agriculture; PRONAF; Development.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 O Problema e a sua Importância.....	10
1.2.1 Objetivo Geral	11
1.2.2 Objetivos Específicos	11
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
3 METODOLOGIA.....	16
3.1 Área de Estudo.....	16
3.2 Fontes de Dados	17
3.3 Tipo de Pesquisa	17
3.4 Técnicas de Análise de Dados	17
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
4.1 A evolução do PRONAF no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul	19
4.2 Análise do PRONAF na microrregião de Dourados	22
4.3 A relação entre o PRONAF e o IDH-M na microrregião de Dourados.....	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
6 REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

A política de crédito rural no Brasil é bem antiga. Segundo Coelho (2001) as primeiras tentativas de se implementar alguma forma de política agrícola no Brasil ocorreu no final do século XIX e tinham como instrumento utilizado a concessão de financiamentos. Na época, o órgão escolhido como principal financiador do setor rural foi o Banco do Brasil.

Apesar dessas tentativas, aparentemente a primeira vez que se conseguiu realmente implementar uma política agrícola de concessão de crédito bem sucedida foi durante o Convênio de Taubaté, no ano de 1906. Entretanto, em 1931 com a crise de superprodução de café, que na época era o principal produto da pauta de exportação e, conseqüentemente, tinha papel primordial na economia brasileira, o governo decidiu transferir a responsabilidade da política cafeeira para o recém-criado Conselho Nacional do Café (CNC). Para alguns, essa mudança pode ser considerada como a primeira política agrícola em nível nacional (Coelho, 2001).

Desde então, várias políticas foram implementadas, dentre elas a criação, na década de 1990, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Segundo Gazolla e Schneider (2013), é através do Pronaf que o governo efetivamente incorporou a agricultura familiar nas políticas voltadas para o meio rural.

Segundo o Bacen (2018), o Pronaf foi criado com o objetivo de auxiliar as propriedades rurais, ou áreas comunitárias próximas a essas propriedades, na geração de renda e na utilização da mão de obra familiar. Para isso, o programa concede créditos rurais que podem ser utilizados tanto para o custeio quanto para investimentos nessas propriedades.

De acordo com o MDA (2018), o Pronaf objetiva estimular o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, concedendo créditos a esses agricultores de acordo com as suas necessidades. Para Pereira *et al.* (2006 apud Feder *et al.*, 1990) esse tipo de crédito para viabilizar a produção faz-se necessário devido as características específicas da produção agrícola. Como a renda gerada pela produção agrícola é sazonal, normalmente o produtor precisa de um adiantamento de recursos, ou de crédito, para poder adquirir os insumos necessários para a produção.

Além disso, esses créditos podem ser entendidos como uma forma de desenvolvimento local. Segundo Lourenzani (2006, p. 313) “... a agricultura familiar

assume papel sócio-econômico de grande importância no agronegócio brasileiro. Seu desenvolvimento é entendido como uma das pré-condições para uma sociedade economicamente mais eficiente e socialmente justa”.

O estudo realizado pelo convênio FAO/INCRA (2000) também aborda essa ligação entre a agricultura familiar e o seu papel no desenvolvimento brasileiro. No estudo argumenta-se que essa discussão ganhou destaque nos últimos anos, sendo estimulada pelo debate que relaciona o papel da agricultura familiar no desenvolvimento sustentável, na criação de empregos e geração de renda, além do seu papel na segurança alimentar e no desenvolvimento local.

Com base nesses estudos percebe-se que a agricultura familiar é de suma importância para o desenvolvimento local. Entretanto, ela só é capaz de se desenvolver se tiver incentivos. Uma forma de incentivo é uma política de crédito rural. No Brasil, uma das principais políticas de crédito rural para a agricultura familiar é o Pronaf. Dessa forma, esse estudo pretende analisar a concessão de crédito rural via Pronaf para custeio e investimento nos municípios da microrregião de Dourados e a sua relação com o desenvolvimento desses municípios. Para isso, utilizaremos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

1.1 O Problema e a sua Importância

No Brasil é possível observar um descompasso entre o acesso direto ao crédito rural. Enquanto o grande produtor normalmente está associado a grandes processadoras e *tradings* e, por isso, tem acesso mais facilitado ao crédito rural, os pequenos agricultores familiares possuem mais dificuldades de acesso. Como forma de solucionar esse problema o governo criou linhas de crédito específicas para a agricultura familiar. Uma delas é o Pronaf.

Segundo o MDA (2018), o Pronaf tem como objetivo estimular o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, concedendo créditos a esses agricultores. Para Pereira *et al.* (2006 apud Feder *et al.*, 1990) esses créditos são importantes porque a produção rural passa por ciclos de sazonalidade de renda e, portanto, o produtor precisa antecipar os recursos que serão utilizados na produção, caso contrário, ele não será capaz de viabilizar a produção.

De acordo com Coelho (2001) as principais razões econômicas para a existência de uma política agrícola são: i) melhorar a alocação de recursos; ii) reduzir as flutuações da renda, e; iii) garantir a segurança alimentar. Segundo o autor (2006, p. 03):

Na alocação de recursos, a existência de um elevado número de eventos (como o clima, comportamento dos preços e a incidência de doenças e pragas) fora do controle do produtor, aumenta sobremaneira o grau de risco e incerteza na atividade produtiva e torna muito difícil o seu processo de decisão sobre o tipo de produto, escala de operações, combinação de insumos etc que gerariam a taxa máxima de retorno.

Coelho (2006, p.4) ainda argumenta que “a garantia de segurança alimentar tem sido usada em larga escala como justificativa para a utilização de alguns instrumentos de política agrícola...”. Dessa forma, percebe-se que a agricultura familiar é importante porque ela é capaz de gerar segurança alimentar para um país e o crédito a agricultura familiar é importante porque ele reduz o risco dessa atividade.

Dessa forma, essa pesquisa tem grande importância porque pretende analisar a distribuição dos créditos no Pronaf na microrregião de Dourados. Esse tema é de grande importância porque uma má distribuição de recursos poderia gerar riscos para os produtores locais e insegurança alimentar.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o desempenho do índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e sua relação com o PIB *per capita* e a concessão de Crédito Rural via PRONAF, nos municípios da Microrregião de Dourados, no Mato Grosso do Sul.

1.2.2 Objetivos Específicos

i) Descrever a evolução do crédito rural para a agricultura familiar na microrregião de Dourados no período entre os anos de 1999 à 2012;

ii) Identificar a relação entre a concessão de crédito rural, o IDHM e o PIB *per capita* na microrregião de Dourados/MS, no ano de 2012.

1.3 Estrutura do Trabalho

O trabalho segue estruturado em cinco capítulos, além desta introdução. No capítulo dois apresenta-se a revisão bibliográfica, que está dividida em revisão teórica e revisão de literatura. No capítulo três encontra-se a metodologia utilizada para a realização deste trabalho. No capítulo quatro constam os resultados da pesquisa. No capítulo cinco encontram-se as considerações finais da pesquisa e, por fim, o capítulo 6 apresenta as referências bibliográficas utilizadas nesta pesquisa.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Segundo o Bacen (2018), o Pronaf foi criado com o objetivo de auxiliar as propriedades rurais, ou áreas comunitárias próximas a essas propriedades, na geração de renda e na utilização da mão de obra familiar. Para isso, o programa concede créditos rurais que podem ser utilizados tanto para o custeio quanto para investimentos nessas propriedades.

A execução do programa é realizada de forma descentralizada. Para isso foram realizadas diversas parcerias com organizações, tanto governamentais, quanto não governamentais. Dentre elas, podem-se destacar as organizações de agricultores familiares, governos estaduais e municipais, organizações de assistência técnica e extensão rural, cooperativas de crédito e de produção, agentes financeiros, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), entre outras entidades (Cartilha de acesso ao Pronaf, 2011).

Uma das principais características do Pronaf é a cobrança de taxas de juros mais baixas que as taxas do mercado. Entretanto, isso nem sempre foi assim. De acordo com Gazolla e Schneider (2013) as taxas iniciais do Pronaf giravam em torno de 12% a.a. Nesse período houve pouca adesão dos agricultores ao programa. Já em 1999, o Pronaf começa um movimento de redução das taxas de juros. Nessa segunda fase, o montante total de recursos não cresce tanto, embora o número de contratos aumente em função do maior número de agricultores que passam a acessar o programa. Em uma terceira fase, que variou entre 2003 e 2008, as taxas de juros caíram novamente. Desde esse período o programa continuou reduzindo os juros sobre os financiamentos e ampliando o montante de recursos disponibilizados.

Segundo a Cartilha de acesso ao PRONAF (2011, p.8) para ter acesso ao programa o agricultor precisa:

- trabalhar na terra em condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário (assentado) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);
- residir na propriedade rural ou em local próximo;
- dispor de área inferior a quatro módulos fiscais. O módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectare fixada para cada município. Varia de 5 a 110 hectares (procure saber o tamanho do módulo fiscal na prefeitura, nos sindicatos rurais e dos trabalhadores rurais e nos agentes financeiros);
- ter renda bruta anual do grupo familiar entre R\$ 6 mil e R\$ 110 mil com pelo menos 70% provenientes da exploração

agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, ou abaixo de R\$ 6 mil com pelo menos 30% provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;

- ter, no máximo, dois empregados, sendo que a mão de obra deve ser prioritariamente familiar. Eventualmente, em épocas de plantio e colheita, pode ter mão de obra temporária, devendo essa mão de obra ser predominantemente familiar.

Ainda segundo a Cartilha do Pronaf (2011), o programa é utilizado principalmente para o financiamento dos custos de produção e dos investimentos necessários para melhorar a infraestrutura das propriedades rurais. Além disso, os financiamentos só são concedidos para atividades produtivas geradoras de renda. Dessa forma, sobre os créditos de custeio, temos que:

Destinam-se aos financiamentos das atividades agropecuárias e não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização de produtos. De acordo com o projeto técnico, os créditos de custeio podem contemplar também verbas para:

- manutenção do beneficiário e de sua família;
- aquisição de animais destinados à produção necessária à subsistência (Cartilha do Pronaf, 2011, p. 12).

Já para os créditos de investimentos, temos que:

Esses créditos contemplam recursos para financiar:

- investimentos em projetos técnicos que demonstrem retorno financeiro e capacidade de pagamento suficientes do empreendimento;

- investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural, incluindo-se a:

I - implantação de pequenas e médias agroindústrias, isoladas ou em forma de rede;

II - implantação de unidades centrais de apoio gerencial, nos casos de projetos de agroindústrias em rede, para a prestação de serviços de controle de qualidade do processamento, de marketing, de aquisição, de distribuição e de comercialização da produção;

III - ampliação, recuperação ou modernização de unidades agroindustriais de agricultores familiares já instaladas e em funcionamento;

IV - implantação, recuperação, ampliação ou modernização de infraestrutura de produção e de serviços agropecuários e não agropecuários, assim como para a operacionalização dessas atividades no curto prazo, de acordo com projeto específico em que esteja demonstrada a viabilidade técnica, econômica e financeira do empreendimento;

V - capital de giro associado limitado a 35% (trinta e cinco por cento) do financiamento para investimento fixo;

VI - integralização de cotas-partes vinculadas ao projeto financiado;

- aquisição de equipamentos e de programas de informática voltados para a melhoria da gestão dos empreendimentos rurais e das unidades agroindustriais, mediante indicação em projeto técnico (Cartilha do Pronaf, 2011, p. 13).

Dessa forma, enquanto os créditos de custeio são utilizados para a manutenção da propriedade rural, os créditos de investimento são utilizados para financiar itens relacionados a implantação, ampliação, modernização, entre outras atividades exercidas dentro do estabelecimento rural selecionado, ou em áreas comunitárias rurais próximas a esse estabelecimento (BACEN, 2018).

A criação do Pronaf foi importante porque antes o agricultor familiar tinha dificuldade de acesso ao crédito rural, o que podia ocorrer por vários motivos. Entretanto, com a criação do programa esse agricultor teve maior facilidade de acesso, o que pode contribuir para que os índices de ocupação e renda gerados pelos agricultores familiares sejam capazes de viabilizar o desenvolvimento e a permanência de suas populações no campo (ALBA, 2009).

Essa relação entre o crédito rural e o desenvolvimento do campo é muito importante. Nunes *et al.* (2014 *apud* Bezerra, 2015) argumentam que além de poder ser utilizado como uma forma de superar as dificuldades de crédito enfrentadas pelos produtores rurais, o PRONAF também pode ser utilizado como uma ferramenta para reduzir a desigualdade regional entre os agricultores familiares.

Bezerra (2016) também argumenta que as políticas públicas de custeio agrícola são primordiais para o desenvolvimento, não somente econômico, mas também social dos agricultores familiares.

Existem vários trabalhos que analisam a temática do desenvolvimento voltada para o meio rural. Dentre eles, podemos destacar o trabalho de Melo (2006). Para analisar o desenvolvimento rural dos municípios paranaenses, a autora construiu um índice de desenvolvimento rural para esses municípios utilizando dados para o ano de 2000. Com esse índice, a autora conseguiu classificar os municípios de acordo com o seu grau de desenvolvimento e identificar os principais fatores que causaram esse desenvolvimento. Os resultados mostraram que dos 399 municípios paranaenses, 55,14% deles apresentaram níveis de desenvolvimento rural baixo ou muito baixo.

Shikida (2009) também analisa o desenvolvimento socioeconômico dos municípios paranaenses. Entretanto, nesse caso o autor quer verificar a relação entre o desenvolvimento e os crimes violentos. Para isso, o autor se utilizou do método dos componentes principais, que é uma ferramenta utilizada na análise multivariada. O trabalho concluiu que houve uma correlação negativa entre os crimes violentos e o

índice de desenvolvimento socioeconômico, embora a correlação encontrada tenha sido muito fraca (-0,06).

Mueller e Martha Júnior (2008) analisaram a evolução do nível de desenvolvimento socioeconômico em regiões do cerrado. Para a análise calculou-se a média ponderada do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para os municípios que compõem as regiões analisadas. Essa média foi ponderada pela participação da população dos municípios na população total da região, para o período de 1991 a 2000. Os autores concluíram que, apesar do aumento do IDH nos municípios analisados, o aumento no bem-estar da população não foi tão expressivo. De acordo com os autores esse resultado poderia ser explicado pela manutenção da estrutura de posse de terra, ou seja, a existência de grandes latifúndios, e ao baixo crescimento dos setores não agrícolas. Os autores argumentam que esse quadro pode comprometer o próprio processo de desenvolvimento das regiões estudadas.

3 METODOLOGIA

3.1 Área de Estudo

A região de estudo é a microrregião de Dourados, localizada no estado de Mato Grosso do Sul. Essa microrregião representa uma área de 37.359,11 km², e abrange quinze municípios: Amambaí, Antônio João, Aral Moreira, Caarapó, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Ponta Porã, Rio Brillhante e Vicentina (IBGE, 2018a).

A Figura 1 apresenta o estado de Mato Grosso do Sul com a microrregião de Dourados em destaque. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a microrregião de Dourados possuía 500.919 habitantes na época (IBGE, 2018a).

A cidade de Dourados é o maior município dessa microrregião em número de habitantes. Em 2010 possuía 196.035 habitantes e sua população estimada em 2017 foi de 218.069 habitantes (IBGE, 2018b).

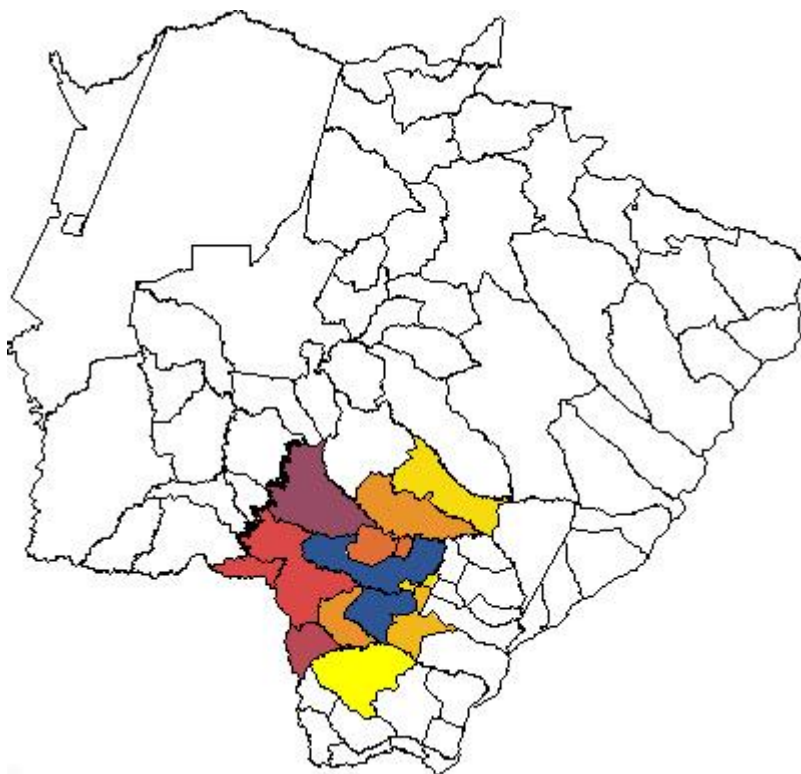


Figura 1 – Microrregião de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul.

Fonte: MTE, 2018.

3.2 Fontes de Dados

Para a realização desta pesquisa foram utilizados dados de fontes secundárias. Os dados sobre os créditos para o Pronaf foram obtidos no Anuário Estatístico do Crédito Rural, elaborado pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Para o Brasil como um todo foram utilizados os dados de 1999 a 2012. Os dados foram utilizados até 2012 porque esse é o único ano em que o BACEN disponibiliza os dados sobre os valores do Pronaf por município.

Para analisar o desenvolvimento da microrregião de Dourados foram utilizados os dados do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) de 2000 e 2010. Esses dados são divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Além desses dados, também foram utilizadas informações sobre o Produto Interno Bruto (PIB) municipal e o PIB *per capita* municipal. Essas informações foram obtidas com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.3 Tipo de Pesquisa

Segundo Gil (2006, p.28) na pesquisa descritiva, o “objetivo primordial é a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Sendo assim, este estudo se enquadra dentro da pesquisa descritiva porque pretende analisar a concessão de crédito rural, via Pronaf, para agricultura familiar na microrregião de Dourados.

3.4 Técnicas de Análise de Dados

Os dados coletados para a pesquisa foram organizados em forma de quadros, que serão explicados no próximo capítulo. Dentre esses dados temos o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM). O IDHM é uma adaptação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH é um índice composto por indicadores de saúde, educação e renda. O Brasil foi um dos primeiros países a adaptar

o IDH para o nível municipal, criando o IDHM em 1998. Ele varia entre 0 e 1 (PNUD, 2013).

De acordo com o PNUD (2013), para analisar o IDHM pode-se utilizar as seguintes faixas de desenvolvimento:

- 0 a 0,499: desenvolvimento muito baixo
- 0,500 a 0,599: desenvolvimento baixo
- 0,600 a 0,699: desenvolvimento médio
- 0,700 a 0,799: desenvolvimento alto
- 0,800 a 1: desenvolvimento muito alto

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo será dividido em três seções. Na primeira seção será apresentada a evolução dos créditos de custeio e investimento do PRONAF para o Brasil e para o estado de Mato Grosso do Sul, tanto para a atividade agrícola quanto para a pecuária, no período de 1999 a 2012.

Na segunda seção será analisado os créditos do PRONAF na microrregião de Dourados no ano de 2012. Na terceira seção será abordada a relação entre o PRONAF e o IDHM na microrregião de Dourados.

4.1 A evolução do PRONAF no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul

Esta seção apresenta a evolução dos financiamentos rurais concedidos pelo PRONAF para custeio e investimento nas atividades agrícola e pecuária no Brasil e no estado do Mato Grosso do Sul, entre os anos de 1999 e 2012.

De acordo com o BACEN (2018), o PRONAF é uma política pública cujo objetivo é incentivar a criação de renda em estabelecimentos rurais caracterizados pela utilização de mão de obra familiar. Para alcançar esse objetivo, esse programa oferece créditos ao produtor rural na forma de custeio e investimento. Os créditos de custeio são destinados para o financiamento de atividades agropecuárias e não agropecuárias. Os créditos de investimento também são destinados para o financiamento de atividades agropecuárias e não agropecuárias. Entretanto, esses créditos podem ser utilizados para a implantação, ampliação, modernização, entre outras atividades exercidas dentro do estabelecimento rural selecionado, ou em áreas comunitárias rurais próximas a esse estabelecimento.

Segundo Navarro e Campos (2013 *apud* Bezerra, 2015) as políticas públicas de incentivo a produção agrícola são necessárias porque sem elas os produtores rurais teriam maiores dificuldades para executar atividades no campo, o que dificultaria a sua permanência no mesmo. Nunes *et al.* (2014 *apud* Bezerra, 2015) argumentam que além de poder ser utilizado como uma forma de superar essas dificuldades de crédito enfrentadas por esses produtores rurais, o PRONAF também pode ser utilizado como uma ferramenta para reduzir a desigualdade regional entre os agricultores familiares.

Com base na importância que o PRONAF representa, tanto no financiamento de custeio quanto no financiamento dos investimentos para os agricultores familiares, o Quadro 1, abaixo, apresenta a evolução desses financiamentos tanto na atividade agrícola, quanto na pecuária, para o Brasil entre os anos de 1999 e 2012.

Quadro 1. Evolução dos financiamentos rurais concedidos pelo PRONAF para custeio e investimento nas atividades agrícola e pecuária no Brasil, entre os anos de 1999 e 2012 (Valores correntes)

ANO	Custeio Agrícola	Investimento Agrícola	Custeio Pecuário	Investimento Pecuário	Total Geral	Varição Anual (%)*
1999	1.318.113.615,82	104.764.413,42	145.869.728,86	208.203.661,95	1.776.951.420,05	-
2000	1.457.593.951,98	94.543.442,33	150.231.788,69	162.519.490,15	1.864.888.673,15	4,95
2001	1.499.099.315,37	116.457.601,19	199.599.561,05	395.587.767,63	2.210.744.245,24	18,54
2002	1.485.430.251,49	233.831.937,38	188.843.774,91	506.763.555,02	2.414.869.518,80	9,23
2003	1.865.689.541,15	387.221.493,39	293.863.784,51	611.625.217,59	3.158.400.036,64	30,79
2004	2.524.836.502,20	504.341.162,28	422.112.878,79	937.499.998,31	4.388.790.541,58	38,95
2005	2.790.909.179,27	732.103.793,45	540.310.351,56	1.722.422.486,66	5.785.745.810,94	31,83
2006	2.997.630.651,56	1.158.963.975,39	616.580.551,99	2.392.855.398,39	7.166.030.577,33	23,86
2007	3.246.390.026,91	1.285.936.796,61	757.767.034,33	1.832.848.009,49	7.122.941.867,34	-0,60
2008	3.995.745.060,99	1.913.512.661,31	921.014.119,56	1.834.457.208,94	8.664.729.050,80	21,65
2009	4.249.372.707,86	2.729.451.774,27	1.208.304.378,94	3.031.718.237,42	11.218.847.098,49	29,48
2010	4.288.163.071,29	2.760.134.371,77	1.427.440.147,75	3.512.899.799,64	11.988.637.390,45	6,86
2011	4.691.113.707,69	3.045.164.163,08	1.674.312.218,27	3.894.106.710,40	13.304.696.799,44	10,98
2012	5.349.317.025,48	4.017.370.532,46	2.092.068.651,53	4.900.221.943,65	16.358.978.153,12	22,96

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural.

*Percentual aproximado.

Ao se analisar a evolução do total geral, que é o somatório de custeio e investimento nas duas atividades (agrícola e pecuária), ao longo de todo o período verifica-se que houve um aumento de mais de 800% no valor financiado. Entretanto, esse aumento não foi sempre crescente. Apesar de haver períodos com aumentos expressivos, como, por exemplo, entre 2002 e 2003 que houve um aumento de 30,79%, 2003 e 2004 que houve um aumento de 38,95% e 2004 e 2005 que houve um aumento de 31,83%, em alguns períodos os aumentos não foram tão expressivos, como, por exemplo, entre 1999 e 2000 o aumento foi de apenas 4,95%. Além disso, entre 2006 e 2007 houve uma ligeira queda de 0,6%.

Observa-se que os créditos com custeio no setor agrícola são maiores que os créditos com custeio no setor pecuária, e, em contrapartida, investe-se mais no setor pecuário, em relação aos investimentos no setor agrícola. Entretanto, independentemente de qual seja a atividade analisada houve um aumento expressivo no volume de créditos concedidos ao longo do período. O custeio agrícola aumentou em

mais de 300%, o investimento agrícola aumentou em mais de 3700%, o custeio na pecuária aumentou em mais de 1300% e o investimento na pecuária aumentou em mais de 2200%.

O Quadro 2, abaixo, apresenta a evolução dos financiamentos rurais concedidos pelo PRONAF para custeio e investimento nas atividades agrícola e pecuária entre os anos de 1999 e 2012, mas agora será analisado apenas o estado de Mato Grosso do Sul.

Quadro 2. Evolução dos financiamentos rurais concedidos pelo PRONAF para custeio e investimento nas atividades agrícola e pecuária no Mato Grosso do Sul, entre os anos de 1999 e 2012 (Valores correntes)

ANO	Custeio Agrícola	Investimento Agrícola	Custeio Pecuário	Investimento Pecuário	Total Geral	VARIÇÃO ANUAL (%)
1999	14.013.978,84	1.743.146,41	5.951.730,27	15.036.909,00	36.745.764,52	-
2000	16.852.433,11	3.582.606,02	3.818.347,69	15.468.385,75	39.721.772,57	8,1
2001	15.911.485,87	501.260,72	5.834.146,40	21.258.885,34	43.505.778,33	9,52
2002	6.932.208,52	1.676.894,49	3.408.530,48	10.545.990,87	22.563.624,36	-48,13
2003	16.316.376,36	17.798.218,07	5.572.023,66	25.525.315,67	65.211.933,76	189
2004	25.906.328,97	1.617.690,61	6.300.281,77	31.674.157,91	65.498.459,26	0,44
2005	18.379.496,53	1.902.949,91	5.681.046,20	16.628.295,06	42.591.787,70	-34,97
2006	13.843.156,38	1.815.550,81	5.172.758,19	13.204.957,27	34.036.422,65	-20,08
2007	14.843.063,48	1.947.367,32	6.088.044,51	22.493.574,55	45.372.049,86	33,3
2008	21.676.881,67	3.565.015,99	7.762.953,22	21.604.157,71	54.609.008,59	20,36
2009	23.411.952,91	9.673.420,68	10.727.584,42	38.679.413,43	82.492.371,44	51,06
2010	23.881.659,09	14.966.114,79	13.203.310,40	53.819.266,01	105.870.350,29	28,34
2011	30.179.615,26	14.213.466,33	18.374.295,31	68.481.828,95	131.249.205,85	23,97
2012	39.968.548,09	11.299.294,48	22.627.388,80	53.983.105,82	127.878.337,19	-2,57

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural.

*Percentual aproximado.

Quando se analisa a evolução do total geral ao longo de todo o período verifica-se que houve um aumento de 248% no valor financiado. Entretanto, esse aumento não foi constante ao longo de todo o período. Por exemplo, entre 2001 e 2002 houve uma queda de 48% nos financiamentos, entre 2004 e 2005 essa queda foi de 34% e entre 2005 e 2006 a foi de 20%. Vale ressaltar que a queda de 48% entre 2001 e 2002 foi seguida de um aumento de 189%, o maior verificado em todo o período.

Novamente, o valor dos créditos com custeio no setor agrícola foram maiores que os créditos com custeio no setor pecuário e os investimentos na pecuária foram maiores que no setor agrícola. Ao se analisar o período como um todo, observou-se que o custeio agrícola aumentou em 185%, o investimento agrícola aumentou em 548%, o

custeio na pecuária aumentou em 280% e o investimento na pecuária aumentou em 259%.

4.2 Análise do PRONAF na microrregião de Dourados

Esta seção apresenta os recursos disponibilizados pelo Pronaf para custeio e investimento nas atividades agrícola e pecuária nos municípios da microrregião de Dourados, no ano de 2012. Como foi dito na metodologia, esse ano foi escolhido por apresentar os dados dos recursos disponibilizados pelo Pronaf para custeio e investimento para todos os municípios do Brasil.

De acordo com os dados do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2010) o estado de Mato Grosso do Sul possui 79 municípios que estão divididos em quatro mesorregiões (Centro Norte de Mato Grosso do Sul, Leste de Mato Grosso do Sul, Pantanais Sul Mato-grossense e Sudeste de Mato Grosso do Sul) e, dentro dessas mesorregiões temos 11 microrregiões (Alto Taquari, Aquidauana, Baixo Pantanal, Bodoquena, Campo Grande, Cassilândia, Dourados, Iguatemi, Nova Andradina, Paranaíba e Três Lagoas). Neste trabalho analisa-se a microrregião de Dourados, que faz parte da Mesorregião Sudeste de Mato Grosso do Sul.

O Quadro 3 apresenta o número de contratos e o montante de recursos disponibilizados pelo Pronaf para custeio e investimento na atividade agrícola na microrregião de Dourados, no ano de 2012. Vale ressaltar que o Anuário Estatístico do Crédito Rural possui os dados para custeio, investimento e comercialização. Como os dados para comercialização foram iguais a zero para todos os municípios, esses dados não foram apresentados no Quadro 3.

Quadro 3. Número de contratos e montante de recursos disponibilizados pelo PRONAF para custeio e investimento na atividade Agrícola da Microrregião de Dourados/MS, no ano de 2012.

Município	Finalidade				Total	
	Custeio		Investimento			
	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor
Amambaí	8	171.699,19	0	0	8	171.699,19
Antônio João	4	44.998,35	0	0	4	44.998,35
Aral Moreira	26	426.365,96	1	50.000	27	476.365,96
Caarapó	57	1.410.689,39	4	231.013,20	61	1.641.702,59
Douradina	76	1.640.561,80	4	166.901,17	80	1.807.462,97
Dourados	534	13.716.331,12	39	1.512.185,68	573	15.228.516,80
Fátima do Sul	166	2.406.620,43	16	653.058,08	182	3.059.678,51
Itaporã	258	5.300.888,75	30	881.239,62	288	6.182.128,37
Juti	4	109.706,70	1	48.400	5	158.106,70
Laguna Carapã	56	1.106.257,42	15	166.175,40	71	1.272.432,82
Maracaju	28	1.122.864,85	5	165.210,10	33	1.288.074,95
Nova Alvorada do Sul	10	155.265,57	38	162.580,78	48	317.846,35
Ponta Porã	81	1.312.830,49	24	715.346,12	105	2.028.176,61
Rio Brillhante	49	1.058.074,57	14	745.737,82	63	1.803.812,39
Vicentina	81	1.164.958,34	12	285.696,89	93	1.450.655,23
Total	1.438	31.148.112,93	203	5.783.544,86	1.641	36.931.657,79

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural de 2012.

Observa-se que o total de contratos para a microrregião de Dourados foi de 1.641 contratos, com um valor total de R\$ 36.931.657,79. A maior parte dos contratos foi utilizada para custeio (1.438), ao invés de investimento (203). Da mesma forma, a maior parte dos valores financiados foi para custeio, o que representou 84% do valor total.

O Quadro 4 também apresenta o número de contratos e o montante de recursos disponibilizados pelo Pronaf para custeio e investimento, mas agora será analisada a atividade pecuária. Novamente, os dados para comercialização não foram apresentados pois, para esses municípios a comercialização foi igual a zero.

Quadro 4. Número de contratos e montante de recursos disponibilizados pelo PRONAF para custeio e investimento na atividade Pecuária da Microrregião de Dourados/MS, no ano de 2012.

Município	Finalidade				Total	
	Custeio		Investimento		Contrato	Valor
	Contrato	Valor	Contrato	Valor		
Amambaí	49	476.294,34	62	1.151.499,35	111	1.627.793,69
Antônio João	1	12.006,72	1	15.255,90	2	27.262,62
Aral Moreira	2	27.592,65	1	30.000	3	57.592,65
Caarapó	22	268.579,09	30	750.576,78	52	1.019.155,87
Douradina	3	31.048,97	3	63.892	6	94.940,97
Dourados	15	300.679,37	33	883.630,31	48	1.184.309,68
Fátima do Sul	18	202.749,71	12	322.277,32	30	525.027,03
Itaporã	8	139.841,99	10	156.224,36	18	296.066,35
Juti	31	203.723,26	7	92.500	38	296.223,26
Laguna Carapã	3	23.133,79	11	147.058,90	14	170.192,69
Maracaju	3	28.712,28	10	163.134,68	13	191.846,96
Nova Alvorada do Sul	19	101.100,69	100	598.924,70	119	700.025,39
Ponta Porã	41	215.612,88	50	967.645,59	91	1.183.258,47
Rio Brilhante	39	191.088,29	61	1.108.013,37	100	1.299.101,66
Vicentina	9	100.647,01	15	341.238,06	24	441.885,07
Total	263	2.322.811,04	406	6.791.871,32	669	9.114.682,36

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural de 2012.

O total de contratos para a microrregião de Dourados foi de 669 contratos, com um valor total de R\$ 9.114.682,36. Diferentemente da atividade agrícola, onde a maior parte dos contratos foi para custeio, na atividade pecuária a maior parte dos contratos foi para investimentos, com 406 contratos. A maior parte dos valores financiados também foi para investimento, o que representou 74% do valor total.

Quando se analisa a atividade pecuária pode-se observar no Quadro 4 que o município com o maior número de contratos e montante de recursos disponibilizados na finalidade custeio é Amambaí, totalizando 49 contratos, 34 a mais que o município de Dourados, e gerando um montante de R\$ 476.294,34, pouco mais de R\$ 150.000,00 quando comparamos com o município de Dourados.

Na finalidade investimento Amambaí recebeu 62 contratos, com um valor de R\$ 1.151.499,35. Quando comparado com Dourados, que obteve 33 contratos e um valor de R\$ 883.630,31, pode-se concluir que os recursos para a atividade pecuária no município de Amambaí, obtiveram uma participação muito mais efetiva que no

município de Dourados. Em número de contratos, na atividade pecuária, o município de Nova Alvorada do Sul, ganha no quesito investimento com 100 contratos. Porém, em valores reais o município recebeu apenas R\$ 598.924,70, muito menos que, por exemplo, o município de Dourados que possui apenas 33 contratos de investimentos, mas adquiriu um montante de R\$ 883.630,31.

O Quadro 5 mostra o número de contratos e o montante de recursos disponibilizados, tanto para a atividade agrícola, quanto para a atividade pecuária.

Quadro 5. Total do número de contratos e montante de recursos disponibilizados pelo PRONAF na Microrregião de Dourados/MS, no ano de 2012.

Município	Total		Percentual do valor total por município(%)
	Contrato	Valor	
Amambaí	119	1.799.492,88	3,91
Antônio João	6	72.260,97	0,16
Aral Moreira	30	533.958,61	1,16
Caarapó	113	2.660.858,46	5,78
Douradina	86	1.902.403,94	4,13
Dourados	621	16.412.826,48	35,64
Fátima do Sul	212	3.584.705,54	7,78
Itaporã	306	6.478.194,72	14,07
Juti	43	454.329,96	0,99
Laguna			
Carapã	85	1.442.625,51	3,13
Maracaçu	46	1.479.921,91	3,21
Nova Alvorada do Sul	167	1.017.871,74	2,21
Ponta Porã	196	3.211.435,08	6,97
Rio Brilhante	163	3.102.914,05	6,74
Vicentina	117	1.892.540,30	4,11
Total Geral	2310	46.046.340,15	100

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural de 2012.

Observa-se que no total houve 2.310 contratos, consolidando um montante total de R\$ 46.046.340,15 em créditos de custeios e de investimentos destinados ao Pronaf. Na média cada município ficaria com 154 contratos e um crédito médio de R\$ 3.069.756,01. Entretanto, o município de Dourados recebeu um valor bem acima da

média, ou seja, 621 contratos, que representa quase um quarto do número total de contratos.

O Quadro 5 também mostra que a maior discrepância de valores estão entre as cidades de Dourados, que se destaca com maior número de contratos e de montante de recursos, e a cidade de Antonio João, no qual apresentou a menor participação em número de contratos, apenas 6, gerando um valor total de créditos de R\$ 72.260,97.

Na próxima seção tentaremos explicar por que essas discrepâncias podem ocorrer.

4.3 A relação entre o PRONAF e o IDH-M na microrregião de Dourados

O Quadro 6 apresenta a evolução do IDHM para a microrregião de Dourados entre os anos de 2000 e 2010.

Quadro 6. Evolução do IDHM na microrregião de Dourados, entre os anos 2000 e 2010.

Município	Microrregião de Dourados			
	Posição	IDHM-2000	Posição	IDHM-2010
Amambaí	7	0,576	10	0.673
Antônio João	14	0,509	13	0.643
Aral Moreira	13	0,52	14	0.633
Caarapó	10	0,548	9	0.692
Douradina	8	0,567	7	0.699
Dourados	1	0,636	1	0.747
Fátima do Sul	4	0,596	4	0.714
Itaporã	9	0,55	12	0.654
Juti	15	0,48	15	0.623
Laguna				
Carapã	12	0,535	11	0.672
Maracaju	3	0,597	2	0.736
Nova Alvorada do Sul	11	0,539	8	0.694
Ponta Porã	2	0,6	6	0.701
Rio Brilhante	6	0,584	3	0.715
Vicentina	5	0,594	5	0.711

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do PNUD-2000 e PNUD-2010.

No Quadro 6 pode-se observar que o valor do IDHM para os municípios da microrregião de Dourados no ano de 2000 e no ano de 2010. Fica evidente que entre esses anos houve um aumento do valor do índice para todos os municípios da microrregião.

Para o ano 2000 verifica-se que não houve nenhum município com alto nível de IDHM e apenas dois municípios, Dourados e Ponta Porã, apresentaram um nível médio de IDHM, com um índice de 0,636 e 0,600, respectivamente. Já a maioria dos municípios da microrregião de Dourados apresentou baixo nível de IDHM, sendo que esse índice ficou entre 0,500 e 0,599 (12 municípios). Apenas o município de Juti apresentou nível de desenvolvimento muito baixo, com IDHM de 0,480.

Quando se observa os dados para o ano de 2010, percebe-se que seis municípios (Dourados, Maracaju, Fátima do Sul, Ponta Porã, Rio Brilhante e Vicentina) apresentaram alto nível de desenvolvimento, que variou entre 0,700 e 0,799. Nove municípios seguiram com nível de desenvolvimento médio (Douradina, Nova Alvorada do Sul, Caarapó, Amambaí, Laguna Carapã, Itaporã, Antonio João, Aral Moreira e Juti), o que representa 60% do total de municípios da Microrregião. Representando alto nível de IDHM, correspondem 40% de municípios da Microrregião de Dourados.

Com base nesses resultados, pode-se observar que não há nenhum município com nível muito alto de IDHM, que é considerado acima de 0,800, e nenhum com nível muito baixo, como se viu nos índices para o ano 2000. A Microrregião de Dourados apresenta em 2010, alto e médio IDHM, não havendo assim, uma grande disparidade na microrregião em termos de nível de desenvolvimento.

A cidade de Dourados obteve o maior IDHM (0,747), considerado alto e razoavelmente próximo do nível muito alto (0,800). Em contrapartida, o município de Juti possui um IDHM de 0,623, sendo o menor valor dentre os quinze municípios, ficando mais próximo do que é considerado baixo nível de desenvolvimento (0,599).

O Quadro 7 apresenta o montante total disponibilizado para custeio e investimento (somando as atividades agrícola e pecuária), o PIB per capita e o PIB Municipal a preços correntes dos municípios da microrregião de Dourados para o ano de 2012. Se compararmos os dados para custeio e investimento do Quadro 7 com os dados do IDHM para o ano de 2010, que é a melhor aproximação que podemos fazer para os dados do ano de 2012, pode-se perceber que não existe uma relação direta entre a posição do município, referente ao IDHM, e o montante recebido de crédito para custeio e investimento.

Com exceção do município de Dourados que está na melhor posição, tanto quando se analisa o IDHM quanto quando se analisa o montante de custeio e investimento disponibilizados para o município, para os outros municípios da microrregião não é possível encontrar uma relação evidente. Por exemplo, o município de Maracaju possui o segundo melhor nível de IDHM, como pode ser visto no Quadro 6, entretanto, ocupa a nona posição quando se analisa o montante de custeio disponibilizados para o município (3,44%) e a décima posição quando se analisa o montante de investimentos (2,61%). Já o município de Antônio João, que ocupa a décima terceira posição no *ranking* do IDHM, ocupa a décima quinta posição quando se analisa o montante de recursos disponibilizados para custeio e para investimento.

Quadro 7. Montante total disponibilizado para custeio e investimento, PIB municipal e PIB *per capita* na Microrregião de Dourados/MS, no ano de 2012.

Município	DADOS ECONÔMICOS / 2012							
	Custeio		Investimento		PIB <i>per capita</i>		PIB Municipal a preços correntes (mil reais)	
	Valor	Perc. (%)	Valor	Perc. (%)	Valor	Perc. (%)	Valor	Perc. (%)
Amambaí	647.993,53	1,94	1.151.499,35	9,16	13 308,31	3,83	523.326,00	3,76
Antônio João	57.005,07	0,17	15.255,90	0,12	24 059,63	6,93	182.916,00	1,32
Aral Moreira	453.958,61	1,36	80.000	0,64	27 509,49	7,92	360.865,00	2,60
Caarapó	1.679.268,48	5,02	981.589,98	7,80	27 728,36	7,99	841.391,00	6,05
Douradina	1.671.610,77	4,99	230.793,17	1,83	14 544,54	4,19	80.003,00	0,58
Dourados	14.017.010,49	41,88	2.395.815,99	19,05	24 612,46	7,09	5.468.723,00	39,33
Fátima do Sul	2.609.370,14	7,80	975.335,40	7,75	12 848,86	3,70	260.786,00	1,88
Itaporã	5.440.730,74	16,26	1.037.463,98	8,25	20 919,43	6,03	460.776,00	3,31
Juti	313.429,96	0,94	140.900	1,12	19 087,14	5,50	140.981,00	1,01
Laguna Carapã	1.129.391,21	3,37	313.234,30	2,49	31 531,87	9,08	293.363,00	2,11
Maracaju	1.151.577,13	3,44	328.344,78	2,61	33 803,70	9,74	1.673.506,00	12,03
Nova Alvorada do Sul	256.366,26	0,77	761.505,48	6,05	29 773,76	8,58	682.274,00	4,91
Ponta Porã	1.528.443,37	4,57	1.682.991,71	13,38	16 981,91	4,89	1.529.316,00	11,00
Rio Brilhante	1.249.162,86	3,73	1.855.751,19	14,75	33 500,80	9,65	1.299.428,00	9,34
Vicentina	1.265.605,35	3,78	626.934,95	4,98	16 936,88	4,88	108.312,00	0,78
Total Geral	33.470.923,97	100,00	12.577.416,18	100,00	347.147,14	100,00	13.905.966,00	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural de 2012 e o IBGE-2012

Sendo assim, para se analisar a distribuição dos recursos disponibilizados pelo Pronaf para a microrregião de Dourados, é preciso olhar para outras variáveis, além do IDHM. Por exemplo, o Quadro 7 mostra que o município de Dourados possui o maior PIB Municipal a preços correntes, dentre os municípios da microrregião. Isso poderia ser um indicativo do motivo pelo qual esse município recebeu tantos recursos do

Pronaf. Entretanto, o município de Maracaju possui o maior PIB per capita de microrregião, possui um alto IDHM, mas recebeu um baixo valor de custeio e investimento. Já o município de Antônio João tem um valor de PIB per capita muito próximo do município de Dourados, mas recebeu muito menos recursos.

Pode-se concluir que para determinar a distribuição dos recursos do Pronaf para custeio e investimento é preciso analisar outras variáveis, além das apresentadas neste trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, pode-se observar que a agricultura familiar é de suma importância para o setor agropecuário, pois ela tem como principal objetivo a produção de alimentos para consumo interno. Enquanto o grande produtor tem um viés exportador, a agricultura familiar trabalha mais no sentido da segurança alimentar, e é nesse aspecto que reside à importância do Pronaf para a agricultura familiar.

O objetivo desse trabalho era analisar o desempenho do índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) e sua relação com a concessão de Crédito Rural via PRONAF, nos municípios da Microrregião de Dourados, no Mato Grosso do Sul.

Pode-se concluir que não existe uma relação direta entre essas variáveis. Mesmo quando se analisa outras variáveis, como, por exemplo, o PIB *per capita*, ainda assim não é possível achar uma relação direta entre esses variáveis. Esse resultado mostra que o problema analisado é muito mais complexo do que o que foi pensado inicialmente para a pesquisa.

Dessa forma, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas. Essas pesquisas podem utilizar mais variáveis e, até mesmo, algum método estatístico ou econométrico.

6 REFERÊNCIAS

ALBA, R. L. Crédito rural para a agricultura familiar: o perfil dos associados/as da cresol FCO. Beltrão-PR. 2009. (Monografia). UNIOESTE – PR.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL. (ATÉ 2012). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. (ATLAS). 2013 Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/perguntas_frequentes>. Acesso em: 01 fev. 2018.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. FAQ – **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar** – Pronaf. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#9>. Acesso em: 07 fev. 2018.

BEZERRA, G. J. **Agricultura familiar tradicional em Dourados/MS: limites e possibilidades para o desenvolvimento das propriedades e a geração de renda.** Dissertação. Dourados, MS: UFGD, 2015. 96f.

CARTILHA DE ACESSO AO PRONAF: Saiba como obter crédito para a agricultura familiar. Brasília/DF. 2011.

COELHO, C. N. **70 anos de Política Agrícola no Brasil (1931 – 2001).** Revista de Política Agrícola, Brasília, ano 10, n° 3, p.3-58, Jul./Ago./Set. 2001.

FAO/INCRA. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar.** O Brasil redescoberto, 2000. Disponível em: <<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTs4E7R59.pdf>>.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul.** Revista de Economia e Sociologia Rural [online]. 2013, vol. 51, n.1, pp.45-68. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000100003&lng=pt&tlng=pt>.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 2 ed. São Paulo: Person Prentice Hall. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE CIDADES. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/caracteristicas_da_populacao_tab_municipios_zip_xls.shtm>. Acesso em: 05 fev. 2018a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE CIDADES. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/panorama>>. Acesso em: 05 fev. 2018b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PIB *per capita* Municipal 2012a. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2012/default_base.shtm>. Acesso em: 05 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produto Interno Bruto dos Municípios 2012b. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2012/>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

LOURENZANI, W. L. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 8, n. 3, 2006.

MELO, C. O. Caracterização do desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: uma análise com base na estatística multivariada. 2006. 127 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portalmda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). **Perfil do Município**. 2018. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php. Acesso em: 03 mar. 2018.

MUELLER, C. C.; MARTHA JÚNIOR, G. B. A agropecuária e o desenvolvimento socioeconômico recente do cerrado. In: SIMPÓSIO NACIONAL CERRADO, 9.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL SAVANAS TROPICAIS, 2., 2008. **Anais...** Brasília: Embrapa Cerrados, 2008. 1 CD-ROM.

PEREIRA, S. E.; FIGUEIREDO, A. S.; LOUREIRO, P. R. A. Avaliação do impacto da utilização de crédito, da educação e da escolha do canal de comercialização na horticultura: caso do núcleo rural do Distrito Federal. *Revista de Economia e Sociologia Rural* [online]. 2006, vol. 44, n. 4, pp. 773-799. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032006000400008>.

PNUD. IDH Municípios 2000 (Dados do censo de 2000). Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2000.html>. Acesso em: 05 fev. 2018.

PNUD. IDH Municípios 2010 (Dados do censo de 2010). Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: 05 fev. 2018.

SHIKIDA, P. F. A. Crimes violentos e desenvolvimento socioeconômico: um estudo para o Estado do Paraná. In: MEETING OF THE LATIN AMERICAN AND

CARIBBEAN LAW AND ECONOMICS ASSOCIATION (ALACDE), 13, 2009, Barcelona. Anais eletrônicos... Barcelona, Espanha: Universitat Pompeu Fabra, 2009. Disponível em: Acesso em: 13 set. 2012.